



PLANEAMENTO SUSTENTÁVEL EM SAÚDE: PERCEÇÕES SOBRE TERMOS, CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS PROCESSUAIS E METODOLÓGICAS

Ana Cristina Garcia*¹, André Beja*, Fernando Passos Cupertino de Barros², António Pedro Delgado*, Paulo Ferrinho*

*Global Health and Tropical Medicine, Instituto de Higiene e Medicina Tropical-Universidade NOVA de Lisboa (GHTM/IHMT NOVA), Portugal; ²Departamento de Epidemiologia/Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge (DEP/INSA), Portugal; ³Universidade Federal de Goiás, Brasil

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (1) veio reforçar a atenção crescente dos países e sistemas de saúde à adequação dos modelos de planeamento ao desenvolvimento sustentável (2-6). Enquanto iniciativa conjunta de ação global, compromete os Países a decidir qual a melhor forma para integrar 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas nos processos de planeamento, políticas e estratégias (1), na continuidade da importância atribuída ao planeamento como processo útil à implementação de estratégias de sustentabilidade (7-10).

O reconhecimento do papel central da saúde para o alcance do desenvolvimento sustentável coloca desafios específicos ao planeamento em saúde (11,12), os quais têm sido abordados de diferentes formas entre os países e sistemas de saúde (2-6).

Integrado num projeto de investigação mais vasto, com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento de um modelo de planeamento em saúde no quadro dos ODS, este estudo, de carácter exploratório, tem por objetivo contribuir para a compreensão de conceitos e características processuais e metodológicas do planeamento sustentável em saúde.

MATERIAL E MÉTODOS

Numa estratégia de observação participada, com base nas principais mensagens recolhidas num painel de discussão realizado durante o 5º Congresso Nacional de Medicina Tropical (5CNMT), em abril de 2019, foram utilizadas as apresentações dos oradores no painel do 5CNMT, e as transcrições das intervenções no debate, com cerca de 80 participantes provenientes do Brasil, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e Portugal. As apresentações e transcrições das intervenções foram submetidas a análise de conteúdo (13).

Adicionalmente, foi conduzida uma análise de fontes documentais (artigos científicos e documentos políticos e técnicos) resultantes de uma revisão da literatura de tipo narrativa (PubMed, Google Scholar e Google), que permitiu uma recolha de elementos para complementar e enquadrar os achados da análise de conteúdo e a discussão da temática. (14). A revisão da literatura teve por palavras-chave - *health, planning, sustainability OU sustainable development E community participation*; e *health, planning, sustainability OU sustainable development E intersectoral action* - selecionadas com base nos temas que emergiram da análise de conteúdo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. United Nations (UN). Transforming our world: The 2030 Agenda for Sustainable Development. New York: UN; 2015.
2. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. Strategies for Sustainable Development: Guidance for Development Co-operation. Paris: OECD Publications Service; 2001.
3. Berke PR, Conroy MM. Are we planning for sustainable development? An evaluation of 30 comprehensive plans. Journal of the American Planning Association; 66 (21-33); 2000.
4. United Nations. Report of the Capacity Building Workshop and Expert Group Meeting on Integrated Approaches to Sustainable Development Planning and Implementation. New York: UN; 2015.
5. Partnership for Action on Green Economy (PAGE). Integrated Planning & Sustainable Development: Challenges and Opportunities. 2016.
6. Blas E, Roebbel N, Rajan D, Valentine N. Intersectoral planning for health and health equity. In Schmets G, Rajan D, Kadandale S, editors. Strategizing national health in the 21st century: a handbook. Geneva: World Health Organization; 2016. p. 597-639.
7. World Commission on Environment and Development (WCED). Report of World Commission on Environment and Development: Our Common Future. New York: United Nations; 1987.
8. United Nations (UN). United Nations Conference on Environment & Development – Agenda 21. Rio de Janeiro: UN; 1992.
9. United Nations (UN). Rio Declaration on Environment and Development. Rio de Janeiro: UN; 1992.
10. United Nations (UN). Report of the United Nations Conference on Sustainable Development – Agenda 21. Rio de Janeiro: UN; 2012.
11. United Nations (UN). United Nations Conference on Environment & Development – Agenda 21. Rio de Janeiro: UN; 1992.
12. von Schirmding Y, Mulholland C. Health and Sustainable Development: Addressing the Issues and Challenges. WHO Background Paper prepared for the World Summit on Sustainable Development. Geneva: World Health Association (WHO); 2002.
13. Bowen GA. Document Analysis as a Qualitative Research Method. Qual Res. 2009; Ago 3;9(2):27–40.
14. Holden JLP. Revisão de investigação e evidência científica. Psicologia, Saúde & Doenças, 2014;15(3):671- 682.
15. Riber E, Linnerud K, Banister D. Sustainable development: Our Common Future revisited. Global Environmental Change. 2014; 26:130–9.
16. Smith J, Buse K, Gordon C. Civil society: the catalyst for ensuring health in the age of sustainable development. Globalization and Health. 2016; 12:40. DOI 10.1186/s12992-016-0178-4.



Fonte: World Health Organization, 2019

Figura 1. A Saúde no centro dos ODS

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Emergiram 4 temas principais:

- i) perceções do planeamento sustentável;
- ii) planeamento sustentável e participação dos cidadãos;
- iii) planeamento sustentável e articulação intersectorial;
- iv) planeamento sustentável e condições de implementação.

Do debate, ressaltaram diversas perceções do planeamento sustentável. Só uma minoria enquadrou o termo como sendo o planeamento que contribui para a consecução dos ODS, destacando-se alusões como: o planeamento “baseado no equilíbrio dos três pilares do desenvolvimento sustentável: ambiente, sociedade e economia”, ou “que responde às necessidades sem prejuízo ecológico e sem comprometer as gerações futuras”. Outras perceções foram sugeridas por expressões como: o planeamento “que garante a continuidade do ciclo de planeamento” ou “que assegura a implementação”. Esta variabilidade é consistente com a falta de consenso quanto à perceção dos conceitos de sustentável e de sustentabilidade descrita na literatura consultada, sendo admitido como consequência, a potencial perda de utilidade do desenvolvimento sustentável na orientação da elaboração de políticas e na implementação de estratégias coerentes (15).

As abordagens participativas do planeamento em saúde, que integram a participação dos cidadãos e a articulação intersectorial, com particular enfoque na redução das iniquidades em saúde e no alcance da cobertura universal, foram realçadas no debate e na literatura (4-6), e consideradas das mais efetivas para o alcance de objetivos de saúde e de bem-estar alinhados com os princípios do desenvolvimento sustentável. A participação dos cidadãos em todas as etapas do processo de planeamento e as vantagens da sua precocidade foram sublinhadas, considerando-se, no debate, que o envolvimento das pessoas e comunidades no planeamento é a “forma mais efetiva de ajustar as soluções às necessidades da população”. A literatura consultada reforça que o envolvimento precoce dos cidadãos e da sociedade civil aumenta o potencial para a adesão de todos os setores à resolução dos problemas de saúde (16).

CONCLUSÃO

A mobilização social e das comunidades no processo de planeamento em saúde parece ser facilitador da seleção e implementação de estratégias de saúde no contexto do desenvolvimento sustentável, parecendo importante a discussão e rápida consensualização do conceito de planeamento sustentável.